



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 44

Sessão Extraordinária em Julho

Sessão em 15/07/2024

Aos quinze dias do mês de Julho do ano dois mil e vinte quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em Sessão Extraordinária, na sede da Assembleia, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário, Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Catarina Marques da Rocha Barreto, João Bastos Figueiredo, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Emanuel Sousa Cardoso, Miguel António Costa da Silva, Arlindo José Vieira Tavares, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, Sílvia Fernandes Ribau, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho Seíça Neves Ferreira, Sara Sandra Resende Tavares, Rui Filipe de Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, João Miguel Pereira de Almeida, António José Jesus Monteiro, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e António Manuel Santos Salavessa.

Faltou o deputado Pedro Machado Pires da Rosa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto de Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Luis Miguel Capão Filipe, Fernando Manuel Martins Nogueira, Rosa Maria Monteiro Venâncio e Rui Jorge Soares Carneiro.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão dos Vogais, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Marta Elisa dos Santos Dutra, Rita Alexandra Monteiro Baptista, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Rui Miguel Vieira Fernandes de Almeida, João Miguel Pereira de Almeida, António de Jesus Monteiro, António, e António Manuel Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Joana de Oliveira Teixeira, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Celme Cristina de Jesus Tavares, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos e Fernando Tavares Marques, se fizeram substituir nesta sessão, respetivamente, por João Bastos Figueiredo e Fernando Emanuel Sousa Cardoso.⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” para Sessão Extraordinária, cujos pontos se transcrevem:

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo | Investimentos Municipais;

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta da 4ª Revisão Orçamental.

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo | Investimentos Municipais;

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 04/07/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰⁰⁴ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁵

“Boa noite a todos. De forma muito objetiva, até porque começámos esta conversa aquando do nosso debate, das grandes Opções do Plano e Orçamento para o exercício que estamos a viver, dado que quisemos de forma muito clara, nesse documento, colocar esta questão.

A Câmara Municipal ia ponderar, no quadro de uma situação financeira própria e no quadro de uma situação financeira na sua envolvente ia ponderar a utilização deste instrumento. Enfim, não é rigorosamente isto que está no texto do documento, mas, enfim, o que interessa é a substância da ideia e a ideia é esta.

E há basicamente 3 ou 4 questões que, volvidos estes 6 meses de exercício, que são para nós claras. A primeira, enfim, conhecida, não vem daí nenhuma novidade é o que está no texto da proposta, é o facto de a Câmara ter concluído um processo de recuperação financeira e ter em bom curso, que não concluído, um processo de consolidação da sua fortaleza financeira. E um dos fatores (não é o único), mas um dos fatores que melhor mede esta verdade que acabei de referenciar é exatamente o tal número do rácio, entre a nossa dívida e a nossa receita, que em 2013 era de 3.5 que em 2023 já só era de 0.95, e que no planeamento financeiro que temos para o que falta do ano a nossa previsão é que esse valor venha a ser de 0.8.

Quer isto tudo dizer que hoje a Câmara Municipal de Aveiro, tem condição com solidez e sem a colocar em causa obviamente, de recorrer a uma outra fonte de financiamento do nosso investimento, à qual já não já não recorre há muitos anos. Essa fonte são os empréstimos bancários para suportar esse mesmo investimento. Esta é a condição necessária, eu diria necessário e suficiente, para que a Câmara esteja em condições de usar um recurso que deve ser sempre usado na boa gestão, obviamente com a devida parcimónia naquilo que é a capacidade da Câmara de fazer o serviço da dívida sem dificuldade e

obviamente, naquilo que é o quadro legal em vigor, lembrando que em Portugal mau grado o protesto de muitos anos da Associação Nacional de Municípios Portugueses mantém-se uma limitação legal à capacidade de endividamento das Câmaras de 40%. Isto quer dizer grosso modo, sem fazer contas com pormenor, que se cumprisse apenas o quadro legal normal, se não houvesse a restrição desde há vários em sede de lei de Orçamento do Estado, a nossa capacidade de endividamento andava na casa dos 50 milhões de euros.

Portanto essa é a capacidade normal no quadro da lei em vigor, 50 milhões, portanto bem acima daquilo que nos propomos ir buscar neste empréstimo que aqui está. Mas esse valor total não está ao dispor nem da nossa Câmara nem de nenhuma, pela restrição que continua na lei mau grado o protesto da Associação Nacional de Municípios.

Uma outra dimensão que também não está ao nosso dispor atualmente é a possibilidade de usarmos um valor bem superior a este, se nos financiarmos naquilo que é chamado da contrapartida nacional a projetos de investimento que tenham financiamento comunitário.

E hoje qual é o problema. É que nós estamos a trabalhar num ano de arranque formal do Portugal 20/30. Estamos também ainda, infelizmente, na fase de arranque do PRR. E é minha profunda convicção que, na maior parte dos objetivos que temos referenciados para nos financiar por fundos comunitários, não teremos até ao final do ano qualquer contrato assinado e, portanto, para nós irmos buscar financiamento bancário para comparticipar esse tipo de operações temos que ter o Contrato de Financiamento assinado, não chega ter esses objetivos. O contrato com a Autoridade de Gestão no caso do Centro 20/30, nós temos que ter o contrato de financiamento de cada um dos objetivos que está no acordo global que temos, por via da CIM de Aveiro com o Programa Regional Centro 20/30.

Poderemos vir a recorrer a essa fonte quando tivermos pelo menos, um conjunto minimamente relevante de projetos. Claro que sim. E aí pela força da mesma lei que exceciona os limites de endividamento essas operações, o montante que podemos obter é muito maior.

Mas a verdade é que, neste momento, nós não temos nenhum contrato assinado e, portanto, não podemos usar esse recurso. Bem que poderíamos estar aqui a aprová-lo e a contratar o banco que ganhasse, mas se chegasse ao Tribunal de Contas sem contrato de financiamento, pumba, chumbo, como é óbvio.

A outra questão é uma questão de gestão de tesouraria. Que é um outro argumento que colocamos para haver (ainda há mais um, mas é instrumental) nós já dizíamos e está escrito no documento de gestão. E hoje que estamos já a meio do sétimo mês do ano, está mais que claro que a probabilidade de começar a circulação financeira dos fundos comunitários do 20/30 dentro do ano 24, eu não diria que é zero, porque temos uma esperança, mas é muito pouco acima desse zero. E, portanto, já começaram a lançar-se os concursos, mas ainda não há nenhum concurso fechado, muito menos candidaturas analisadas, muito menos contratos de financiamento assinados e é só a partir do contrato de financiamento que nós podemos começar a apresentar despesa para que ela seja financiada e que se inicie o fluxo financeiro, de apresentar despesa e de recebemos a comparticipação.

Isto quer dizer que na opção que sempre tivemos e continuamos a ter, de continuar a desenvolver os investimentos que temos que desenvolver, que estão na nossa opção de um programa de gestão que estamos a executar nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, nós não abrandamos o ritmo da execução. Temos despesa, como é sabido a Câmara paga a toda a gente, mas não temos entrada de receita naquelas componentes dos investimentos que têm financiamento comunitário. E, portanto, temos uma tensão de tesouraria, obviamente devidamente gerida, tranquila, cuidada, mas que existe. E que, obviamente, só quando começar o fluxo de entrada e que nós restabeleceremos essa componente.

E, portanto, a lógica é por força deste conjunto de argumentos, irmos utilizar esta nova fonte de receita para financiar investimento. Escolhemos apenas 2 operações também para facilitar a gestão e porque qualquer delas não tem possibilidade alguma de vir a ter um financiamento comunitário. Portanto, o pavilhão, ou melhor o edifício tem lá dentro 4 pavilhões desportivos é o grande consumidor deste recurso que está neste momento em concurso público. Prolongámos a apresentação das propostas até ao final do mês, enfim, por solicitação de candidatos empreiteiros, obviamente apenas só estamos nessa fase, depois a parte restante vamos precisar de mais verba, como é evidente, para o início da obra de profunda reabilitação do nosso Estádio Municipal.

E, portanto, é neste quadro para facilitar também a vida à nossa gestão, seja ela política, técnica e administrativa, à nossa relação com o banco que irá ganhar a consulta pública e, obviamente, de toda a gente que queira olhar e ver o que é que se está a passar, na utilização desta fonte nova, é onde nós concentramos a maior parte da verba dos 19 milhões num primeiro objetivo e depois uma pequena segunda parte num segundo objetivo. Portanto é neste quadro que apresentamos esta proposta à Assembleia Municipal e também por uma questão de cronograma para sabermos, por que tem havido nos processos de visto que o tribunal tem tratado, tem diferentes decisões do Tribunal no que respeita minimamente à análise da capacidade do indivíduo de cada município.

Aliás, a ANMP pediu uma reunião ao Presidente do Tribunal de Contas e ao seu Diretor-geral para clarificar a abordagem que o Tribunal está a fazer, porque nem sempre aquilo que temos visto em Vistos é a leitura linear da capacidade de endividamento que nós municípios fazemos e, obviamente, queremos muito, que este processo acabe, esteja pronto, antes de nós fecharmos o nosso Plano e Orçamento. Como sabeis, vai ser enviado para a Câmara até final de Outubro e, em regra, está na Assembleia Municipal durante o mês de Novembro, para nós sabermos se vamos poder planear o ano 2025 com esse recurso ou sem esse recurso. Daí também a escolha deste tempo e não de um outro tempo, nomeadamente em Setembro ou em Outubro, aquando do Plano e Orçamento. Portanto, é neste quadro que apresentamos a proposta e, obviamente, estou ao dispor para as questões que entenderem por bem. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Sílvia Ribau (PPM) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁰⁷

“Boa noite. Cumprimento a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o restante executivo, os senhores deputados, assim como todos os presentes. É apreciado neste ponto a proposta de abertura de um procedimento de contratação de empréstimo para execução do novo pavilhão municipal e obras de requalificação do Estádio Municipal. Para a contratação deste empréstimo é necessário a implementação destas ações para a elaboração do Plano e Orçamento de 2024 e é apresentado como a solução para estas obras, dado a sua não elegibilidade no Portugal 20/20.

É de realçar em primeiro lugar a importância de iniciar estas obras com alguma celeridade. Tanto a construção do novo equipamento desportivo que tantos benefícios traz para os aveirenses como as obras de conservação do atual estádio municipal e para salvaguardar o acréscimo das despesas de conservação se não há uma intervenção rápida.

Em segundo lugar a Câmara Municipal dispõe de uma estrutura financeira sólida conquistada nos últimos anos com uma gestão rigorosa do Orçamento, permitindo a contratação deste empréstimo de médio e longo prazo no valo de 19 milhões 350 mil euros, sendo período de utilização no período de 2024 e 2025. Este empréstimo enquadra-se na capacidade de endividamento municipal de não coloca em risco o seu equilíbrio

orçamental. Supondo sempre a continuação de uma estratégia de gestão financeira e orçamental nos próximos anos.

No que diz respeito às condições de celebração do contrato do empréstimo está contemplada a amortização antecipada do capital em dívida em parte ou na totalidade sem quaisquer custos adicionais. Há assim a possibilidade de se avançar no futuro para outra fonte de financiamento mais vantajosa sem penalidades caso essa surja.

Por fim, é positiva a consulta às seis instituições bancárias colocando-as em concorrência para se conseguir as melhores condições possíveis tanto nas taxas de juros como nas componentes do empréstimo. Por esta considerações o voto do PPM é a favor.”

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰⁰⁸

“Há algumas questões que nós queremos ver melhores discutidas neste processo. Não necessariamente hoje, mas quando o processo avançar, nomeadamente para a contratação do empréstimo, quando esse momento acontecer.

A primeira questão é se os dois investimentos são justificados? Coloco esta questão independentemente estar em Plano de Atividades aqui aprovado, até porque quando é feita a discussão do Plano de Atividades nós não temos as condições de estar a discutir rubrica a rubrica, cada investimento. O tempo já é pouco para fazer uma abordagem global, quanto mais uma apreciação ponto a ponto. Portanto temos agora oportunidade de fazer essa discussão.

Do ponto de vista do PCP, o pavilhão multiusos é um investimento estratégico, portanto é necessário. É uma aposta que o município deve fazer, está no vosso programa eleitoral, portanto, não vamos agora estar contra aquilo que quisemos também defender. Aveiro tem uma situação geoestratégica que tem que ser potenciada com equipamentos para dar corpo a essa geoestratégia do ponto de vista das sinergias que se podem criar aqui à volta de Aveiro, tendo em conta o IP5, tendo em conta a A17, tendo em conta outras linhas, tendo em conta a proximidade de Coimbra e do Porto.

Gostariamos de ver uma cidade que em vez de receber gente que vem cá por um dia, recebesse gente que daqui saía (estou a falar em termos de turismo) gente que daqui se deslocasse para os outros lados a partir de Aveiro. Portanto esta situação de Aveiro, neste cruzamento da linha de penetração em Espanha e da linha Norte-Sul, pode e deve ser melhor aproveitado. E o Multiusos não apenas na perspetiva, mas numa utilização mais alargada pode ser muito útil para Aveiro. Portanto é um investimento que é necessário. Agora, já a requalificação do Estádio Municipal merece-nos algumas dúvidas, que precisam pelo menos de ser melhor esclarecidas.

Devemos interrogar-nos em 1.º lugar o que é que acontece se nada for feito? Esta é uma questão. Se nada for feito, quais os problemas. Há problemas estruturais, problemas funcionais, há problemas de segurança, que se calhar se não forem resolvidos a breve trecho o Estádio é fechado.

Mas também há que perguntar aos aveirenses se justifica este investimento? Isto é, estamos agora a investir 10 milhões, mas continua a haver um subaproveitamento e sobre dimensão da estrutura, face à sua utilização. E daqui a 10 anos ou daqui a 15 anos, estamos a discutir outra vez mais 15 milhões sem o nível de utilização compatível com a dimensão do investimento que o justifica. Portanto, é preciso, apesar de tudo, refletir sobre isto e tirar conclusões acerca disto.

Portanto para nós o investimento é claro, mas por outro precisa de ser pelo menos melhor fundamentado e melhor visto. Isto na abordagem dos equipamentos.

Quanto à capacidade de endividamento. Não é por existir capacidade de investimento que nós temos que utilizar o empréstimo. O empréstimo de 20 milhões irá colocar-nos com um

nível de endividamento próximo dos 70 milhões de euros e o serviço da dívida vai aumentar bastante, porque não é expectável que a taxa de juro que possa vir a ser contratualizado seja inferior a 1% como é a taxa de juro do PAM que está em vigor.

Portanto será com certeza uma taxa de juro bastante superior, com encargos acumulados bastante superiores. Ora, a dívida que fica é esta, têm sido feitos investimentos importantes sem recurso a empréstimos, é mesmo necessário recorrer a ele? Hoje o Senhor Presidente falou aqui de algumas coisas diferentes. Falou como se este empréstimo fosse uma espécie de fundo de caixa que pudesse funcionar para resolver alguns problemas de financiamento que são expectáveis a curto prazo. Aquilo que foi dito já aqui, que a capacidade possibilidade de amortização antecipada, nesta perspetiva de ser um fundo maneio, era bom que o senhor Presidente dissesse alguma coisa em relação a isso. Se encara a possibilidade de vir a amortizar previamente. Porque é um facto, passamos de 48 milhões, que é a dívida atual, para uma dívida próxima de 70 milhões. O Senhor Presidente diz que a dívida está resolvida, o problema financeiro está resolvido, mas o facto é que ainda devemos 48 milhões PAM (Plano de Ajustamento Municipal). Portanto mais 20 milhões é alguma coisa e significa esta necessidade de esclarecimento relativo à necessidade dos dois investimentos e da necessidade de recorrer a empréstimos para os efetuar, e à capacidade de uma Câmara futura resolver os encargos com o endividamento que mais que duplicará o serviço da dívida. Mas como hoje aquilo que decidirmos hoje é apenas só, só e apenas, autorizar a Câmara a proceder não à contratualização, mas à negociação de empréstimos, penso que nos fica tempo suficiente para abordarmos melhor todas estas questões, e por isso, o sentido de voto PCP hoje é a abstenção.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[009](#)

“Muito obrigado senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha em casa. Nós não vamos entrar em discussão pela utilização da ferramenta financeira. Compreendemos a utilidade e as vantagens que tem, para serem utilizadas do ponto de vista de gestão camarária. Nem mesmo o objetivo de dinamizar equipamentos desportivos. Questionamos a estratégia política e as opções e prioridades que tem sido feito pela Câmara! Nomeadamente terem gastado mais de 30 milhões na obra do Rossio e da Avenida, quando, por exemplo, estamos desde o primeiro mandato, sem concretizar a solução para o Canil municipal, por exemplo. Recordo que na última Assembleia Municipal o senhor presidente da Câmara Municipal considerou, excessivo, pedirem 2 milhões para a construção do canil. Entretanto, outras iniciativas e obras podiam ter sido feitas e realizadas no nos últimos anos. Questionamos é o impacto destas obras que estamos aqui a falar? É suficiente o pavilhão oficina e as obras que vão ser se feitas no estádio ou é apenas um bálsamo temporário. Qual é a realidade atual. Quantos equipamentos desportivos iguais a este se estima necessário para o município, qual é a necessidade, ou quais têm sido a procura destes equipamentos pelas entidades desportivas? O que é que se prevê necessário para satisfazer a procura de equipamentos desportivos e pessoas queiram fazer desporto nos próximos anos. Questionamos ainda qual é a visão da Câmara Municipal para garantir que o Complexo Desportivo de Taboeira, estádio e o pavilhão oficina, não se vão tornar em 2 elefantes brancos que daqui a uns anos irão ficar abandonados, como esteve o estádio municipal nos últimos anos? Obrigado.”

Vogal João Moniz (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa saudar todos presentes e quem está a assistir à Assembleia Municipal para os canais digitais.

Vamos aos princípios fundamentais para o Bloco de Esquerda, em termos de gestão pública. Nós somos a favor do investimento público, sempre o dissemos aqui, acho que isso é claro para todos. Questão que tem acompanhado a vida política do nosso município e é verdade que Aveiro carece de equipamentos desportivos, muito em parte também pela própria gestão da Câmara. Essa carência também se deve e têm culpa na gestão camarária de dos seus equipamentos. Isso é um dos princípios.

O outro princípio é que nós não somos contra a utilização de instrumentos como empréstimos, como recorrer à banca, para garantir que esse investimento público acontece. Se as câmaras têm possibilidade de aceder a esses instrumentos, devem fazê-lo com todo o rigor da gestão e parcimónia, como o senhor Presidente referiu. Nós somos contra também da limitação do endividamento das autarquias. Especialmente se essa limitação não tem um critério. Porque há investimentos e investimentos. Uma Câmara Municipal pode se endividar para valorizar um serviço público, para criar um serviço público ou pode se endividar para fazer um elefante branco como foi o caso do Estádio Municipal de Aveiro.

Portanto, nós consideramos que era preciso também qualificar essa limitação. Não obstante esses princípios fundamentais, o que nós estamos aqui a discutir merece alguma reflexão no que toca às prioridades do que se está aqui a tratar. Porque é verdade, como já foi dito, que nós estamos a votar uma autorização para a negociação. Mas a verdade, e tenho a certeza que o senhor presidente e o seu executivo se vão empenhar para que isso aconteça, para que esta pasta chegue ao final. Portanto isto é só uma peça num processo mais alargado e é sabido também, nessa questão das prioridades, nós temos que questionar se elas são as mais adequadas para o momento que Aveiro vive neste momento, Nós não somos contra a requalificação do parque desportivo das infraestruturas desportivas no município, mas infelizmente Aveiro e o país, mas nós estamos aqui a tratar da gestão autárquica de Aveiro, enfrenta desafios, que se calhar merecem que outras opções e outras carências das infraestruturas municipais assumam um segundo plano e sejam secundarizadas. Até porque, como nós estamos aqui a discutir, existe um teto máximo para o endividamento da Câmara. Portanto esse plafond, digamos assim, tem que ser usado de forma e com critérios políticos e, portanto, também deve ser avaliada por aí. Portanto tendo em conta que Aveiro enfrenta (Aveiro e o país) uma crise habitacional brutal, que a Câmara Municipal não tem feito, no nosso ponto de vista, os investimentos necessários para resolver esse problema, nomeadamente aumentando o seu parque público, procurando soluções com o Estado Central para aumentar esse parque público, usando opções como esta também de recorrer à banca para fazer isso. Enfrentamos também um problema que vai ser gravíssimo para Aveiro, que é as consequências das alterações climáticas. Nomeadamente através da subida do nível do mar e da salinização dos terrenos, etc. E, portanto, tendo em conta este quadro, nós questionamos se usar o plafond limitado que a Câmara Municipal de Aveiro tem para endividamento, usar esse plafond limitado apenas nestas duas obras será a solução mais sensata. E, portanto, nós não podemos acompanhar esta opção. Na nossa perspetiva, devíamos avançar para a utilização de empréstimos e outros mecanismos para resolver a crise habitacional. Para adaptar o território do município às alterações climáticas e para criar novos serviços públicos. Fazer o canil municipal, por exemplo. Há um leque enorme de prioridades que, a nosso ver, deveriam ser consideradas em 1º lugar e não são novidades. Nós estamos a falar de muitos destes dossiers há anos e anos. Há vários mandatos que nós discutimos estes assuntos. E, portanto, existe vontade política, pelo menos da oposição para avançar com eles, infelizmente não tem existido o mesmo empenho da Câmara Municipal e, portanto, o nosso sentido de voto vai ser de não acompanhamento desta proposta da Câmara Municipal.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹¹

“Obrigado, senhor Presidente. Boa noite a todos. Por várias vezes o senhor Presidente tem falado e hoje falou mais uma vez, deste problema da transição de quadros comunitários e das implicações que traz à tesouraria da Câmara pelo atraso na entrada das verbas do novo quadro comunitário, o que não impede que as obras que irão ser apoiadas no estejam já no terreno e a serem também pagas. Porque a Câmara agora paga bem e vai poder continuar a pagar bem. E, portanto, há aqui um impacto na tesouraria que não podemos por lado.

É evidente que, no futuro, as coisas irão ficar equilibradas quando estas verbas começarem a entrar nos cofres da Câmara. Mas até lá, a Câmara tem de cuidar da boa saúde da tesouraria. Tendo em conta o estado atual das contas da Câmara, que tem uma solidez financeira impensável há meia dúzia de anos, é possível neste momento a câmara recorrer ao financiamento bancário para manter simultaneamente o desenvolvimento de projetos e a saúde financeira saudável das suas contas.

Este empréstimo, por a qual nos está a ser pedido autorização para começar a negociação destina-se a 2 terços do valor total da construção do novo pavilhão oficina e das obras de reabilitação, reconstrução, do estádio municipal.

Portanto, mesmo aqui a câmara, um terço da verba necessária, entrará de fundos próprios. Não está a recorrer a empréstimo para a totalidade da despesa prevista.

Quanto à construção do novo pavilhão, acho que é consensual e já foi aqui dito também, a necessidade que Aveiro necessita de ter uma infraestrutura deste género, não só para aumentar a oferta de espaços para a prática desportiva dos nossos clubes. Há um aspeto que não se fala muito, mas eu, como tenho familiares que praticam desporto, jovens, acho inconcebível que os miúdos acabem os treinos às nove, dez e mais da noite. Isto acontece porque não há espaços suficientes para os clubes terem as suas várias equipas e, portanto, é um problema que também se pode ajudar a ser resolvido com a construção de mais espaços para a prática do desporto de pavilhão, neste caso que é o que estamos a falar.

Por outro lado, e subscrevendo em absoluto aquilo que António Salavessa disse, Aveiro com a situação geográfica que tem, não tem um pavilhão para receber finais de campeonatos nacionais, jogos de seleção, etc. E nós vemos todos na televisão concelhos muito mais pequenos que de Aveiro com belíssimos pavilhões, com capacidade para trazer eventos e este tipo de eventos traz visitantes, traz dormidas em hotéis, traz refeições em restaurantes, traz divulgação do nome de Aveiro nos canais de comunicação, muitas vezes canais internacionais também e isso é importante também dentro do aspeto de marketing territorial que nunca pode ser deixar de lado.

Quanto à reabilitação do estádio. Obvio que há 2 opções ou se reabilitou o estádio ou ele acaba por cair de podre. E se isso acontecer, é bom que não tenha ninguém por perto, não deve ser bonito. Por outro lado, e fala-se muito também da subutilização do estádio, eu lembro e penso que não deve ter muitas alterações, a utilização do estádio municipal pela maneira como foi construído e com as valências que tem, é apenas para futebol. Quando eu por lá passei aquilo só podia ser usado 8 vezes por mês. Basicamente um jogo e um treino por semana, sob pena sobre o risco de o relvado, em vez de durar, estamos com 20 anos, é o segundo relvado, grosso modo são 10 anos cada relvado, se calhar durava um ano ou dois. Já teria sido necessário muito mais investimento para substituir relvados, é a solução que há, não é possível andar a fazer remendos, é substituir o relvado inteiro e, portanto, é um facto, estádios de futebol todos hoje tem muito pouca ocupação.

Agora se podia fazer-se outro tipo de situações, como fazem noutros sítios, fazer um concerto no final de cada época desportiva, e no orçamento desse concerto já estar incluída a substituição do relvado, há quem faça isso, há quem essa tenha capacidade. Há estádios

que levam muito mais gente e permite com a venda de bilhetes ser mais fácil fazer estas contas. Por outro lado, e no que a manutenção diz respeito, é mais ou menos consensual, qualquer edifício deve ter uma reserva de um por cento do valor de construção por ano, para futuras obras de manutenção. Ora se o estádio custou grosso modo 40 milhões de euros e se já passaram 20 anos, pronto, já teremos aqui uma verba de 8 milhões que já deviam ter sido investidas ou estar preparadas para serem investidos neste estádio.

Portanto não estamos muito longe do valor que nos é proposto para fazer esta obra de acordo com estes rácios que são mais ou menos consensuais. Portanto, face a tudo isto, naturalmente votamos a favor da proposta da Câmara e desejamos uma boa negociação para que seja conseguido um empréstimo nas melhores condições possíveis.”

Vogal Francisco Picado (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰¹²

“Muito obrigado, senhor Presidente, na sua pessoa cumprimento todos. Relativamente a este ponto que nos é aqui apresentado e dentro do tempo que dispomos, eu gostava de apresentar aqui algumas perspetivas que resultam da leitura do documento, resultam daquilo que cobre o empréstimo e também da intervenção que o Senhor Presidente fez e de algumas que aqui foram feitas.

Estamos de acordo que o município reúne condições de endividamento e, portanto, sobre esse aspeto nada apontar. Acrescentaria também aquilo que já foi dito aqui que não é por estarmos em condições de nos endividar que temos que recorrer a esse instrumento. Penso que sobre isso também estamos de acordo.

Mas quando eu olhei para este documento, havia aqui qualquer coisa que me parecia estranha, confesso. E depois podemos pegar nisto em várias perspetivas. Uma é perceber ou discutir a utilidade do investimento. E podemos discutir utilidade do pavilhão, sim ou não, e isso pode ser uma discussão. O local, a sua utilidade futura, etc, etc.

E depois há quem tenha mais sensibilidade para a vertente desportiva, sendo que isto é um pavilhão multiusos e, portanto, terá aqui outras valências, mas deixando essa questão de parte e admitindo que há aqui uma utilidade naquilo que é o resultado da construção do pavilhão municipal depois podemos discutir o timing. Se agora, se não é agora, se podíamos esperar um bocadinho, etc etc. E se aqui já não está verdadeiramente dissociado daquilo que é o ato de contrair um empréstimo para realizar este investimento.

Mas o empréstimo depois contempla aqui outro aspeto que é um aspeto de manutenção. E aqui eu diria que é preciso olhar para isto porque não me parecia exatamente claro. E depois ouvi aqui o Jorge Greno dizer uma coisa que me deixou baralhado, mas penso que não estou errado. O pavilhão custa 17,5 milhões de euros. E aqui no quadro que eu tenho aqui à frente, o financiamento apesar de ser de 20 milhões, destina de 17.5 milhões euros para a cobertura total empréstimo. Eu até posso estar de acordo, partindo do pressuposto que quando nós fazemos investimento, à partida vamos ter retorno desse investimento.

Pode não ser retorno financeiro pode ser retorno de outra natureza e aqui com certeza que o será.

Recomendaria talvez aqui, não no empréstimo, mas que na construção do pavilhão também se acautelasse aquilo que o Jorge Greno acabou de dizer, que é uma rubrica normalmente esquecida nestes processos, que é o que é que se faz a seguir ao investimento em termos de manutenção? E, portanto, verdadeiramente o custo pavilhão em 10 anos não é o custo pavilhão, mas é o custo investimento mais a sua manutenção durante um X período de tempo. Provavelmente pode-me dizer, bem não foi o que fizeram no Estádio, talvez possa admitir que não sei, não faço ideia. É verdade que, um por cento por ano e eu acompanho, se a manutenção for feita regularmente durante o período normal. Se deixarmos a manutenção são passar 10 anos provavelmente vamos chegar a outras contas e não

estaremos a falar de um, mais um, mais um, mais estaremos a falar de um número muito significativo sob pena de termos uma infraestrutura que depois fica inutilizada e então fica sob o efeito de perda total.

A parte que me deixa um bocadinho mais intrigado, tem a ver com a questão do remanescente do empréstimo. Estamos a falar dos restantes 2 milhões para uma manutenção que está calculada na ordem dos 10 milhões e, portanto, basicamente, estamos a falar do montante que é muito parco do ponto de vista daquilo que é o exercício de manutenção. E aqui na manutenção já tenho algumas dúvidas. Porque se no pavilhão estamos a falar de investimento, na perspetiva da manutenção já não tenho a mesma certeza de olhar para a manutenção como um investimento! É exatamente aquilo que nós fazemos quando compramos um carro ou uma casa, uma habitação, enfim, depende do âmbito da manutenção, depende da profundidade da manutenção e, portanto, estar a endividarmo-nos para investimento é uma coisa, estarmos a envidarmo-nos para custo e outro. Eu nesta segunda parte já tenho algumas reservas sobre o montante. É verdade, pode dizer assim, mas são 2 milhões em 20. É verdade, mas talvez a intervenção do senhor presidente e outras aqui me tenham esclarecido. Muito provavelmente o que eu entendo e sem nenhuma crítica, mas como uma constatação podendo estar errada, mas que é validada por aquilo que resulta do que ouvi, é que muito provavelmente esses 2 milhões de euros são precisos é para resolver um problema momentâneo de tesouraria da Câmara. O que é absolutamente pacífico.

Eu não sei se interpretei mal as suas palavras, mas se o for, não advém daí nenhum mal ao mundo, até porque como disse e bem, esse problema momentâneo de tesouraria depois será colmatada pela entrada de verbas futuras. Se estiver errado corrigir-me-á com certeza, mas da leitura do documento eu achei estranha esta desproporção do ponto de vista do investimento.

Aliás, se repararmos os 2 milhões basicamente são para o ano 2024/25 e depois esfumou-se. O pavilhão a mesma coisa, mas o pavilhão é investimento que termina. Portanto, um é investimento que termina, o outro provavelmente resolverá os problemas temporários de tesouraria, que depois desaparecerão.

É uma leitura que se calhar é esclarecida se nós olharmos depois para a revisão orçamental, diria eu. Se olharmos com atenção para a revisão orçamental podemos perceber o que é que é antecipar e o que é que é atrasar e se calhar, vamos perceber que de facto esses dos 2 milhões podem resolver um problema, como explicou e bem que advém de um atraso de não reembolso de investimentos comunitários. Volto a repetir, daí nenhum mal ao mundo. Portanto basicamente, olhando para isto dizer, por isso é que eu achava da leitura corrida do documento, achava estranha esta desproporção de ter um montante relativamente reduzido. Mentalmente eu terei encontrado aqui a explicação, provavelmente. Se a explicação estiver errada terá oportunidade obviamente de nos convencer do contrário, naquilo que é o ato que se segue.

Depois há aqui uma outra questão que tem a ver com aquilo que há bocado dizia. Que é vamos partir do pressuposto que estamos de acordo relativamente à utilidade municipal do pavilhão municipal. Vamos partir do pressuposto que estamos de acordo que compete ao município ter uma infraestrutura que disponibiliza aos seus clubes, às suas associações, à sua população, das mais diversas e variadas formas, quer do ponto de vista desportivo e segundo percebi sobre um pavilhão multiusos, também na vertente cultural, com outro tipo de atividades. E, portanto, encerrando esse capítulo, a questão que se que eu coloco é se há urgência ou se há esta urgência, de empreender neste momento um pavilhão desta natureza. E não, não vou falar do final do seu mandato, nem na capacidade de o concluir até ao fim do seu mandato.

A questão que está aqui em cima da mesa para mim é se vai recorrer a um empréstimo bancário, num momento em que eu diria em que não estão completamente dissipadas todas as indecisões do ponto de vista macroeconómico, que permitem perceber qual é o caminho que vai seguir a taxa de juro a que vai contratar um empréstimo?

Com certeza que vai fazer consulta a 6 entidades que aqui tem, com certeza que as entidades que aqui tem vão ser absolutamente concorrenciais. Estou curioso para ver o desfecho. Com certeza que vamos ter oportunidade de perceber qual é o desfecho desse resultado, se a taxa é fixa, se a taxa é variável, qual é o spread que vai ser utilizado. Mas diria que, se calhar, recomendaria a prudência, que se esperasse.

Talvez não sei exatamente dizer-lhe o tempo, porque não tenho nenhuma bola de cristal, mas esperasse talvez mais um tempinho, talvez algumas destas condições financeiras macroeconómicas tivessem dissipadas, nomeadamente com aquilo que vai acontecer à inflação e com aquilo que é política que o Banco Central Europeu tem em mente relativamente às taxas de juro. Porque se as taxas de juro não baixarem ou se as taxas de juro na pior das hipóteses subirem, muito provavelmente vamos estar a contrair um empréstimo e num cenário macroeconómico que é de todo desfavorável para a realização desta operação. E a pergunta é se não poderíamos esperar um aguardar 6 meses, se não poderíamos esperar o aguardar mais 3 ou 4 reuniões do Banco Central Europeu. Temos questões macroeconómicas, com certeza, vão determinar em grande medida aquilo que é o futuro de algumas destas questões, nomeadamente as eleições nos Estados Unidos, nomeadamente a questão daquilo que está a acontecer em França, etc, etc. E, se calhar, com mais propriedade e com mais prudência, teríamos outra perspetiva sobre aquilo que são as condições que vai conseguir obter da banca, ou das ofertas dos bancos que não estão obviamente sob sua jurisdição, mas, como percebemos, a banca tem um negócio que normalmente não deixa por mãos alheias. E, portanto, assim, grosso modo, nestas diversas perspetivas, diria que me permanecem aqui um conjunto de dúvidas significativas. Talvez depois com a revisão orçamental que nós possamos ver algumas delas esclarecidas. Muito obrigado”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁴

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰¹⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁶

“Boa noite Senhor Presidente, Senhoras Secretárias da Mesa, restante executivo. A contratualização do empréstimo que permita a realização de investimentos é da competência municipal e que se reveste no relevante interesse para a satisfação de necessidade que dos munícipes. Fazia parte do programa eleitoral da Aliança com Aveiro e nós na Aliança com Aveiro cumprimos o programa que foi sufragado pelos aveirenses. Neste momento são obras sem financiamento comunitário e temos, neste momento, a Câmara Municipal devido à sua excelente gestão, tem uma situação financeira, uma dívida de cerca de 62 milhões de euros e o rácio aponta para 0.8. Portanto a Câmara está uma situação que lhe permite fazer este empréstimo, que se insere dentro da capacidade de endividamento da Câmara e ainda fica muito confortável dentro desse valor.

Por isso o PSD sente-se confortável com este empréstimo e irá votar favoravelmente.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰¹⁷

“Muito obrigado, muito obrigado a todos. Obviamente tentar responder às questões com a maior objetividade possível. O Salavessa coloca uma questão que é absolutamente pertinente, como é lógico, se se justificam os dois investimentos. O que está no Plano e

Orçamento é que sim. E obviamente a resposta é a mesma, embora agora os enquadrámos nesta fonte de financiamento. Sim. Podiam ser muitos outros? Claro que sim. Nós temos um leque de investimentos muito grande em curso programados no Plano e Orçamento que também não têm fonte de financiamento possível. Por exemplo, tudo o que é qualificação de vias, em ambiente fora de qualificação urbana não tem financiamento.

Portanto nós poderíamos estar aqui com esta mesma proposta em termos do valor, aí não há volta a dar, os 19.350 milhões é o limite, mas termos aqui uma proposta de 20,30 milhões, sim. Mas a questão colocava-se em relação a todos. Nós, no nosso caso, muito por força da facilidade de gestão, porque o empréstimo para um banco, enfim, o que é que o banco quer saber? Primeiro se é investimento ou não. Mas aí até nem interessa muito porque o Tribunal de Contas é que vai dizer. E o que o Francisco Picado colocou não é de somenos. Não é uma questão de somenos, até porque há interpretações diferentes sobre esta matéria.

Mas o banco não quer saber disso para nada. O banco apenas quer saber de uma coisa: esta entidade a quem vou emprestar paga-me. Qual é o risco. E o risco de financiar em Portugal uma Câmara Municipal é zero. Quer lá saber banco se vai financiar um pavilhão, não quer saber disso para nada. Agora nós, politicamente, a questão é pertinente. Pois, com certeza que é pertinente.

No entanto, e deixar esta questão porque vários de vocês a abordaram, houve um tempo em que até houve um sururu no governo, o Ministro da Educação da altura, como sabem é tradicional em Portugal os Ministros da Educação terem a tutela do desporto, veio anunciar que no Portugal 20/30 iríamos ter verbas para equipamentos desportivos. Para grande desagrado da Senhora ministra Ana Abrunhosa, aliás eu aproveitei logo para numa das muitas reuniões com ela perguntar: o Senhor Ministro está certo? Ela disse não, o Senhor Ministro não está certo. Porque aquilo que vai acontecer, que é o que aconteceu, é que vamos poder (como hoje podemos) usar fundos comunitários para reabilitar equipamentos desportivos, nomeadamente na componente da eficiência energética, mais nada.

Não há fundos comunitários para os equipamentos de raiz. Não há. Até pode ser a coisa energeticamente melhor do mundo, não há. E, portanto, esta é uma opção que é muito clara, somando-lhe uma outra, que aliás nos causa um dano em termos de tempo no projeto, que é a capacidade polifuncional do edifício. Quando nós subtemos o projeto à ANEPC ele não chumbou, mas o nosso projetista teve que alterar o projeto de segurança contra incêndios e o projeto de evacuação naquelas componentes ligadas à segurança. Porquê? Porque a ANEPC aí esteve bem. O único problema é sempre a quantidade de tempo que se gasta, porque o nosso projeto estava feito na ambiência da vivência autónoma de cada um dos espaços. E de facto, quando nós dizemos, está escrito não é precisamente inventar nada, que aquele edifício é um edifício em que vão poder acontecer lá eventos que o usam nessa dimensão unitária, o projeto da Federação Portuguesa não estava adaptado a isso e o nosso projetista teve de colocar mais uma porta de saída ali, mais não sei o quê, para ajustar a esse projeto uma realidade funcional que está mais que assumida, mas que não estava bem tratada nesse projeto de especialidade que, como é evidente, é importante como todos, mas nesta área, concentração de pessoas e tal, obviamente, tem uma importância, tem uma importância particular.

Portanto esta é uma opção muito clara. A reflexão fica aqui Salavessa. A reflexão fica aqui na utilidade. Nós também achamos que é bom concentrar, para a gestão política, para quem fiscaliza, nós decidimos ir por aqui. Embora, enfim, os 2 milhões para o estádio é muito pouco. O tribunal vai-nos chumbar essa parte. Morre alguém? Não. O tribunal vai aprovar. Quer dizer que a Câmara vai ficar com um sinal formal de se quiser ir buscar mais, quiser e puder, se tiver esse sinal obviamente que é só tomar a decisão política. Obviamente esta obra que para nós é um investimento, para reabilitar componentes do estádio que estão em

muito mau estado e algumas delas é só preciso olhar, tem um investimento que é muito superior aos 2 milhões, temos um número referencial de 12 milhões de euros.

É evidente, é verdade Salavessa, não é por termos capacidade de endividamento que temos que usar. Não temos coisa nenhuma. É uma opção política e de gestão, apenas que não vou repetir a introdução que fiz. Entendemos que hoje a nossa Câmara tem essa capacidade. Qualquer Câmara bem gerida, qualquer empresa bem gerida, usa as fontes de financiamento de empréstimos bancários para várias coisas, uma delas para investimento, com o devido QB, não só legal, não só legal, mas substantivo daquilo que é o impacto do serviço da dívida na estrutura de receita e na estrutura de despesa. E a esse nível estamos absolutamente tranquilos e bem.

Há uma questão que quero clarificar. O Salavessa falou nisso e o Francisco Picado também, que é esta história de vamos ter problemas de tesouraria. Eu nem sequer usei a palavra problema. Não usei. Podem ir rever, s e a memória não ajudar, eu não usei a palavra problema. Nós tomámos uma decisão nesta Câmara que é gerir a Câmara com folga de tesouraria. Foi uma questão política. E por isso é que pagamos também como pagamos e por isso é que em termos de tesouraria, ajudámos todas as entidades que ajudámos quando foi o covid. É nossa opção política de gestão também para consolidarmos a credibilidade financeira da Câmara depois da tragédia em que andamos metidos durante muitos anos. É muito importante isto.

E a Câmara não quer causar o menor dano nisto. Portanto, nós não vamos chegar durante esta nossa gestão até final do próximo ano. Não vamos chegar a ter nenhum problema. Nós gerimos é a tesouraria com mais tensão ou com menos tensão. Com um tamanho de folga maior ou menor, é apenas isto. E vejam uma coisa, um dia destes iremos apresentar os números publicamente, que é, nós só este ano de 2024 vamos receber fundos comunitários do quadro anterior, num valor surpreendente até para nós próprios. Estávamos à espera dessa fonte, mas não tanto. Que obviamente já não vai pagar nada do Rossio, já não vai pagar nada da Avenida, já não vai pagar nada do Salicórnia, 8.04 já não vai pagar nada das habitações sociais de Santiago, porque está tudo pago. Mas ajuda na tesouraria, porque vamos usar aquele dinheiro, obviamente, para pagar outras coisas. E, portanto, este é um exercício da gestão de uma tesouraria tranquila, folgada porque é a nossa decisão política, não temos, nem vamos ter qualquer problema de tesouraria. Portanto deixar apenas isto clarificado.

Pedro há conversas que não vale a pena. Avenida, Rossio, não vale a pena estarmos aqui a repetir conversa que está feita. Mas vale a pena por exemplo falar do canil. Nós, como sabem, nós fizemos um relatório sobre assuntos pendentes, qualquer dia vamos torná-lo público para os colegas da Assembleia o conhecerem. E já começamos a insistir com o Governo. Enviámos um ofício com o devido relatório, acaba o último parágrafo antes dos cumprimentos a pedir reuniões e já lá vão umas poucas e já estão marcadas mais.

Uma que está feita e que até foi tornada pública pela própria voz da Ministra do Ambiente, e uma das questões que reivindicamos, nós, municípios portugueses, é a reforma de utilização do Fundo Ambiental e que os centros de recolha oficiais de animais têm que usar o Fundo Ambiental. Tem de ser financiados pelo Fundo Ambiental. E devo dizer que a reação de perspetiva de base, obviamente, da Senhora Ministra é que está a estudar com profundidade a matéria. É uma reação de ambiente positivo, porque nós não temos mais nenhuma fonte. Portanto a lógica aqui, quando escolhemos, podia estar aqui o canil. Não podia porque é uma obra da CIRA, mas vamos supor que era uma obra nossa. Podia estar cá, podia. Como as estradas e tanta coisa. Mas é daqueles assuntos em que nós estamos na luta para usar um desses fundos. E se usamos um desses fundos não podemos usar o empréstimo. Nalguns casos até podemos fazer, mas estamos a jogar o jogo da asneira em

termos das fontes de receita, porque estamos a substituir uma por outra, isso não interessa para nada, interessa é somar fontes de receita, não é substituir umas por outras.

Finalmente, eu podia estar aqui a falar muito tempo sobre isto, mas, enfim, o Pedro é um cidadão da nossa terra, pode falar com os dirigentes associativos. Se a área problema, tem muito a ver, não tem só a ver com aquilo que o que Jorge Greno disse, mas também. Hoje nós temos muitas modalidades de rapaziada nova, que nem sequer podemos dizer que são jovens, são adolescentes, que saem do treino às 9 e meia e às 10 da noite. E que a essa hora vão para casa jantar e porquê? Porque estamos em overdose. O pouco que temos está em sobre utilização. Precisamos imenso disto. Primeiro para a prática desportiva das nossas associações. Segundo, porque a nossa Câmara quer desenvolver projetos chamado Desporto para Todos. Para a terceira idade, nos miúdos do primeiro ciclo, do pré-escolar, tirá-los da escolinha, levá-los para um pavilhão à séria e trabalharem lá uma vez por semana, duas, isto é uma necessidade absoluta. E também é verdade, como disse o Casimiro e sabemos todos, nós queremos ter aqui um pavilhão para ter aqui uma competição desportiva mais exigente em condições técnicas e nós não temos condição. Nesta terra acontece tudo de muito importante, menos na área do desporto, porque não temos condições. E já melhorámos o nosso famoso, nosso porque é de empréstimo por 20 anos, o pavilhão Mariana Lopes e a piscina Digo Carvalho. Portanto, nós também, nós município, também temos que jogar esse jogo e, portanto, está tudo mais que visto. E é bom lembrar que às vezes nos esquecemos, o que ofusca estádio que o complexo de campos de treino do EMA que nos custou 3 milhões e meio é um sucesso de utilização. Perguntem aos dirigentes do Beira-Mar que gerem a sua Academia, é um sucesso, mais houvesse. É pá, se houvesse mais um campo, mais que houvesse, como é evidente. Ainda por cima num desporto que, pronto, que continua na moda, é o desporto preferido dos portugueses. Portanto, temos lá esse sucesso, eu não tenho dúvida nenhuma que o pavilhão será outro sucesso, embora mais polifuncional, porque ele vai tocar mais componentes, mais objetivos diversos, do que toca o campo de treinos do EMA que, obviamente está mais focalizado naquela matéria da formação. Da formação e da preparação para a competição.

O João Moniz diz ok, presidente, está tudo bem a gente até concorda com o desporto, mas olhe, devia era olhar para habitação ou para alguns instrumentos na defesa do território face às alterações climáticas. João quanto a habitação estamos conversados. Nós temos uma outra visão, temos outras fontes de financiamento, temos o entendimento que o capital privado e os seus privados e que têm que liderar esse processo, temos uma aposta muito importante na habitação a custos controlados. Não correu bem a venda do terreno de São Bernardo e já temos, vejam no mesmo dia da hasta pública, recebemos dois contactos informais a propor, enfim, como com elegância, que a Câmara metesse aquele terreno para o mercado normal e vendíamos numa hasta pública seguinte. Nós não queremos, nós vamos voltar a insistir em habitação a custos controlados. Dizia o João, era melhor a Câmara ir buscar 50 milhões e a própria Câmara construía. Pronto, é uma perspetiva que não está errada, mas é diferente da nossa.

Já no que respeita às alterações climáticas, seria um erro. Seria um erro absoluto, porque se há matéria que tem fundos comunitários é essa. E temos tudo, aliás, é só ir ver as nossas obras. A ponte açude do Rio Novo, financiada pelo POSEUR e agora pelo Centro 20/30. A obra que está em concurso público, do sistema de defesa primário lagunar, financiado por fundos da Agricultura. A obra da margem esquerda do Rio Novo vai agora ser adjudicada, financiada pelo Centro 20/30. Vamos ter o nosso POLIS2, a Senhora ministra já disse publicamente, embora disse bem, falta o ok das Finanças para termos mais um monte de investimento, mais 90 milhões de euros de investimento na nossa Ria e na defesa marítima. Pronto, é uma área em que temos que investir, claro que sim. Estamos a investir. Claro que

sim. Mas há fontes de financiamento ao nosso dispor que, obviamente, seria um disparate de gestão que não os utilizássemos.

Francisco Picado, enfim, eu julgo que já abordei as questões principais das suas questões e das suas dívidas, que também partilho algumas delas. Já foi claro, numa delas, e ouçam, disse-vos uma questão que tem sido um problema para a ANMP, repito, o Tribunal de Contas tem feito contas da capacidade de endividamento de forma diferenciada em vários processos de visto. E é esse pedido que a ANMP faz ao Tribunal, fazermos esta conta como nós. Esta conta está bem, o Tribunal concorda com ela ou acha que não? E pronto, está aqui um ponto de interrogação, mas aí também isso é em sede de visto, como sabeis. Em sede de consultas prévias ao Tribunal de Contas para o processo, não existe mesmo essa interação. A intervenção da ANMP, enfim, vale quanto vele. É depois cada juiz, quando recebe cada contrato, que tem que tomar decisões como todos sabemos. A outra questão e esta questão de esperar um tempinho. Ó Francisco, eu sei que o Partido Socialista há muito tempo que usou este argumento por diferentes motivações. A motivação mais forte foi, é pá, não façam tanta obra que é uma chatice para as pessoas! Paguem é mais dívida, não façam tanta obra que isto é demais. Pronto, o que quer dizer adiem obra porque é muita coisa.

Agora esperar um tempinho! O que é que vêm no dia de amanhã Francisco, daqui a 6 meses, que mundo temos daqui a um ano e meio, que mundo temos? Nos últimos anos que previsões de estabilidade, já não vou dizer de médio-longo prazo, de curto prazo, uma tossidela na América, uma tossidela do Putin, ou seja lá o que for que acontece, o que acontece ao mundo. Não vale de todo a pena. Eu digo sempre às pessoas que veem estas coisas com o medo de morrer. Todos nós somos seres humanos vivos e a morte é sempre uma coisa que nos mete muita confusão. E usamos aquela estratégia básica que é não pensar no assunto, enfim. Devemos é viver a vida. Porquê? Porque não vale a pena, devemos é pensar que vem um amanhã melhor. Nós hoje temos do banco federal, enfim, do nosso do Europeu, do americano, o que é que temos de indicadores para os próximos semestres, redução gradual e lenta das taxas de juro! É o que temos. Depois da subida que tivemos é o que temos hoje do indicador e vai ser assim, vai ser sempre assim. Vai ser muito lenta, muito rápido, quer dizer, não vale a pena Francisco, nós achamos que temos aqui um quadro, em 1º lugar nosso, da nossa instituição, e em segundo lugar do enquadramento que nos permite dar este passo com segurança e sem perturbar a gestão sólida. Tomamos as decisões de investimento, gestão política, deste empréstimo. Vai-nos dar cabo da capacidade de investir noutras coisas? Negativo, não tem nada a ver com isso. O nosso serviço de dívida com esta contratualização, quando a começarmos a pagar, obviamente, vamos ter que devolver o dinheiro que nos vão emprestar e com um bocadinho mais como é lógico com os juros que vamos pagar. Mas quando chegarmos a essa frente e nós já fizemos várias simulações, mas, enfim, aos bancos que trabalham connosco nós pedimos simulações e, portanto, o espaço que o serviço da dívida nos vai ocupar na nossa capacidade de investimento, digamos normal, sem ter aqui um ano extraordinário, é muito baixa, anda aqui nos 5, 6% e, portanto, estamos tranquilos a esse nível.

Portanto, esperar, podemos sempre esperar. Podíamos ter feito há mais tempo, também. Tomara eu que o projeto tivesse passado à primeira, que não tivéssemos os problemas que tivemos na ANEPC, que hoje o Tribunal de Contas nos exige quando lançamos um concurso temos que ter todos os pareceres positivos. Temos alguns problemas com o Tribunal, porque andámos com processos antes estar tudo concluído, naquela lógica de que só é preciso estar tudo concluído aquando da adjudicação e o Tribunal agora tem uma atitude absolutamente fundamentalista, aliás, o que justifica parte do ponto seguinte, que é dizer: não, não, tem que estar tudo formalmente pronto quando se lança o concurso. E por isso é que nós

anulámos o primeiro que lançámos e tivemos que fazer uma série de trabalhos e lançarmos o segundo.

Portanto é neste quadro que interessa assumir isto. Por tudo aquilo que o Bruno e o Calafate e o Prior disseram, porque este é o tempo, esta é a capacidade, esta é a altura muito importante de lermos como é que o Tribunal de Contas nos vai dizer formalmente sobre esta matéria. Esta é uma prioridade que nós temos, que agora temos que dar passos para ir para a frente. Um município como o nosso, com tantos problemas resolvidos, com tantas frentes, que já tem um patamar de excelência, nesta não tem. Nem na componente quantitativa nem na componente qualitativa. É bom acabar as loucuras, aquela coisa, não sei se lembram, obviamente há uns anos, um grupo de aveirenses que criou uma comissão para fazer um pavilhão para o Beira-Mar.

É evidente que do grupo de aveirenses, graças a Deus ainda são vivos a maior parte deles, mas, enfim, lá devem ter percebido que esse mundo acabou. E, portanto, como eu digo ao atual presidente do Beira-Mar e a todos aqueles com quem trabalhei, pá, deixem essa coisa para nós. Esse tempo, esse tempo acabou. Tratem daquilo e vocês são bons. Da formação, da competição, da gestão a esse nível, deixem os equipamentos para nós. Nós tratamos dessa componente, até porque esse mundo de que as empresas dão muito dinheiro, fazem-se umas quermesses, isso acabou. Nós temos que olhar ao mundo, ao país. E depois também para evitar problemas como o que aconteceu em São Bernardo. E já agora, como é um dia de festa para nós, já o comemorei hoje uma vez, ainda vou comemorar segunda, passámos a ser donos hoje do pavilhão que agora vai ter o nome, anuncio já, antigamente era o pavilhão desportivo do São Bernardo e a partir de hoje (ainda não é hoje, porque ainda não está formalizado) vai passar a chamar-se Pavilhão Municipal de São Bernardo, porque a partir de hoje passámos a ser donos, foi feita a escritura de permuta. E isso é um bem que agora o São Bernardo, que vai ser o nosso parceiro, vai assinar um contrato para entrega plena do pavilhão, uso e gestão, vai-se concentrar naquilo que sabe fazer e não vai poder fazer maluqueiras, como foi feita de dar de garantia o pavilhão ao banco. Não cumpriu as suas obrigações reiteradamente e pumba, o banco ficou-lhe com o bem. E foi duro conseguir este Visto no Tribunal de Contas.

Portanto é neste quadro que este pavilhão é uma mais-valia. Vai ser brutal para o Beira-Mar, mas também para outros clubes. Para outros clubes e para nós, no quadro da representação que temos de todos os cidadãos, porque precisamos deste espaço, destas horas de pavilhão. As manhãs, a primeira metade da tarde, para por tanta gente a fazer desporto e também por esta via a estimulá-los a fazerem mais desporto fora dos programas municipais, seja de formação, seja de mera manutenção, seja também passarem para as associações e fazerem trabalho na área da competição. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CH)⁰¹⁸

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰¹⁹

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁰ Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de abertura de procedimento de contratação de empréstimo de médio/longo prazo | Investimentos Municipais, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte e seis votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1+CH1), uma abstenção (PCP1) e nove votos contra (PS5+PAN2+BE2).

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):⁰²¹

“Senhor Presidente, só para ficar claro que nós não votamos contra o objetivo nem o processo, votamos contra a iniciativa e a estratégia política do executivo municipal. Obrigado.”

Vogal António Salavessa (PCP):⁰²²

“A abstenção do PCP hoje, significa apenas a não oposição à abertura do processo de negociação com os bancos. A posição definitiva será expressa no momento de contratualização do empréstimo se ele se vier a efetuar.”

Vogal João Moniz (BE):⁰²³

“Senhor Presidente que a nossa intervenção seja a declaração de voto.”

Vogal Francisco Picado (PS):⁰²³

“Senhor Presidente, que a minha intervenção seja a declaração de voto.”

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta da 4ª Revisão Orçamental.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 04/07/2024, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

Seguidamente o Presidente da Mesa deu a palavra⁰²⁴ ao Presidente da Câmara para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁵

“Senhor Presidente de forma muito simples. Esta é uma proposta para fazermos uma revisão de ajustamento dos compromissos plurianuais, seguindo uma recomendação do Tribunal de Contas. E por força de um conjunto de investimentos que estão em fase de preparação de lançamento de concurso público, e fazê-lo agora, porque se não temos que cá vir objetivo a objetivo, como já cá viemos. E viremos se se justificar, enfim, oxalá que os concursos tenham todos empreiteiro, mas de vez em quando lá aparece um que não tem.

É este o exercício, não há aqui nenhuma novidade política no sentido que retirámos objetivos ou colocámos objetivos. É apenas cuidar desta recomendação do Tribunal de Contas no que respeita à distribuição plurianual da disponibilização orçamental de um conjunto de investimentos que obviamente estão previstos no Plano e Orçamento. Estamos na fase de preparação dos concursos para encontramos empreiteiro e, portanto, entendemos ser o momento para tomarmos esta decisão. Alguma questão estou ao dispor. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁸

“Apenas uma breve intervenção. Penso que desta vez não vou precisar dos 6 minutos. Concordamos com a leitura que a Câmara faz das recomendações do Tribunal de Contas, decidindo trazer a esta Assembleia esta revisão orçamental que está focada nas alterações que estão a ocorrer nos mapas de investimento plurianuais.

Acreditamos que algumas dessas alterações decorrem dos processos práticos da concretização dos investimentos, designadamente na falta de concretização dos fundos comunitários de forma atempada. Portanto os atrasos que decorrem disso.

Obviamente que lamentamos alguns dos adiamentos questão expressos nestas alterações dos mapas de investimentos plurianuais, nomeadamente no que se refere ao Museu dito Santa Joana e de um Centro de Saúde, mas percebemos que terão sido razões práticas e não políticas a determinar estas alterações. Ora, nós votámos em Dezembro contra PPI, mais tarde contra as Contas integradas, mas não vemos motivo para ter outra posição que não seja a de abstenção neste processo.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁹

“Muito obrigado. De uma forma breve, enfim, deixar duas ou três notas sobre o que disse o Salavessa. Primeiro a questão aqui em primeira instância é garantir no procedimento o visto do Tribunal de Contas, como é evidente. Porque se não, se nós não fizermos isto, o Tribunal vai-nos exigir e cá temos que voltar. Ponto um, o objetivo, a utilidade instrumental formal é esta. E lá está, se algo correr mal e não for neste concurso que tenhamos empreiteiro, depois nesse, seguramente vai ter que cá voltar. Eventualmente não, naquela fase inicial do Plano e Orçamento fica tudo direitinho, se não cair nenhuma adjudicação no início do ano, mas se não lá não temos nós cá vir fazer uma deliberação pontual.

Quanto aos adiamentos, enfim, eu posso aqui explicar um a um. Mas julgo que não é isso que é relevante. Agora já falámos aqui várias vezes, nós tivemos muitos problemas com a nossa projetista do Museu de Aveiro Santa Joana. Relembro o que disse aqui: foi o único, a única verba que tínhamos conquistado de fundos comunitários que não usámos. Foram 2 milhões de euros para financiar esta obra, mas ela não conseguiu acabar o projeto. Está agora com o projeto praticamente pronto, mesmo só acabar o dossier.

O Centro de Saúde, a Unidade de Saúde de Cuidados Primários de Nossa Senhora de Fátima, enfim, aí há uma dupla vida. O nosso projetista precisou de um bocadinho mais tempo. Por acaso nem é muito mais. Mas temos e ainda temos, ainda temos as questões com o PRR, estamos com um problema que agora vou dispensar-vos, mas numa próxima reunião, em ponto de informações posso e devo explicar o problema que temos com a assinatura do contrato de financiamento do PRR. Este não é um problema da Câmara, é um problema de muitas câmaras, porque, de repente, querem que assinemos contrato de financiamento sem valores financeiros, o que de facto é uma novidade nesta nossa vida. Mas é aquilo que temos em cima da nossa mesa, porque a candidatura ainda não está apreciada, porque as equipas do PRR que as aprecia ainda não tiveram tempo, enfim o trabalho é muito e depois inventaram aqui um procedimento e a Câmara, espera aí. Nós até assinamos, mas queremos a possibilidade legal de rescindimos o contrato, porque a minuta que temos é que só a outra parte é que pode rescindir, nós não podemos! Era o que mais faltava que nós não pudéssemos, num quadro em que contas têm uma grande interrogação. Porque a candidatura ainda não está apreciada. Portanto é isto. É uma pena, uma pena grande, até porque lá está, se lançamos um concurso sem esta matéria clara, chegamos ao Visto do Tribunal de Contas e vamos ter problemas. Daí, portanto, este adiamento. Portanto só para dar estas notas sobre estas duas matérias. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa colocou à votação⁰³⁰ Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta da 4ª Revisão Orçamental, sendo a proposta aprovada por maioria com vinte cinco votos a favor (PSD19+CDS5+PPM1), quatro abstenções (CH1+PAN2+PCP1) e sete votos contra (PS+BE2).

Não houve declarações de voto.

Continuando, o Presidente da Mesa, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade⁰³¹ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

De seguida deu por encerrada a sessão⁰³² extraordinária em Julho.

Eram 22:30 horas do dia 15 de Julho de 2024.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(2:00)